

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT  
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD  
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV  
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

## SUMÁRIO

- 1 – MATÉRIA VOTADA**
  - 1.1 – Plenário
- 2 – ORDENS DO DIA**
  - 2.1 – Plenário
  - 2.2 – Comissão
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – LEITURA DE COMUNICAÇÕES**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATAS**

## MATÉRIA VOTADA

### MATÉRIA VOTADA NA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/2/2024

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.224/2017, do deputado Nozinho, na forma do Substitutivo nº 1; 3.438/2021, do deputado Carlos Henrique, na forma do Substitutivo nº 2; 3.560/2022, do deputado Celinho Sintrocel, na forma do Substitutivo nº 2; 3.915/2022, do deputado Charles Santos, na forma do Substitutivo nº 1; 3.930/2022, do deputado Doutor Paulo; 4.051/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, na forma do Substitutivo nº 1; 133/2023, do deputado Doutor Jean Freire, na forma do Substitutivo nº 2; 176/2023, da deputada Alê Portela, na forma do Substitutivo nº 2; 665/2023, do deputado Dr. Maurício; e 1.298/2023, do deputado Leleco Pimentel, na forma do Substitutivo nº 1.

Em 2º turno: Projeto de Lei nº 3.783/2022, do deputado Raul Belém, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno.

## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/2/2024, ÀS 14 HORAS

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 1.391/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os estoques de medicamentos de alto custo nas superintendências regionais do Estado, especificando-se como é feita a manutenção e com qual regularidade é realizada a reposição dos estoques, em especial na regional de Manhuaçu, que atende a mais de trinta cidades da Zona da Mata mineira, bem como sobre a periodicidade de aquisição dos medicamentos, os motivos para a recorrente falta deles e a gerência institucional responsável pela manutenção dos estoques. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.469/2023, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações a respeito da formação e da capacitação de profissionais para a abordagem e o atendimento de pessoas com deficiências do neurodesenvolvimento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.118/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o papel dessa entidade como provedora de regularização fundiária, visando auxiliar na redução do déficit habitacional nos municípios do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.178/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a execução das ações e o montante de recursos orçamentários e as despesas realizadas em políticas públicas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no período compreendido entre os anos de 2019 a 2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.215/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as medidas a serem adotadas para aumentar o número de mamografias realizadas no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.239/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o número de afastamentos por licença médica de profissionais da rede estadual de ensino em decorrência de laudo psiquiátrico, nos últimos cinco anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.664/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de informações sobre a dificuldade de agendamento de consultas médicas através do Ipsemg, esclarecendo-se como se dá o processo de disponibilização de vagas para agendamento de consultas e exames médicos e quantas vagas são ofertadas mensalmente, com detalhamento por regional de saúde e município. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.435/2023, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda e à delegada-geral da Polícia Civil pedido de informações sobre o custo, em 2022 e 2023, devidamente justificado em documento próprio, para a emissão de cédulas de identidade de primeira via (Tabela D, 8.1, da Lei nº 6.763, de 1975) e para a emissão de cédulas de identidade de segunda via (Tabela D, 8.2, da Lei nº 6.763, de 1975); a quantidade de

cédulas de identidade de primeira via emitidas em 2023 e o valor total recolhido; e a quantidade de cédulas de identidade de segunda via emitidas em 2023 e o valor total recolhido. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.560/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os modelos de funcionamento das unidades socioeducativas no Estado, especificando-se quantas e quais funcionam sob gestão direta e quantas e quais funcionam sob gestão híbrida, em parceria com associações privadas sem fins lucrativos; se existe planejamento ou previsão de suspensão parcial ou total das atividades de unidades atualmente em funcionamento, indicando quais são elas e quando ocorrerá o encerramento do funcionamento; se existe planejamento ou previsão de substituição do modelo de gestão direta pelo modelo de gestão híbrida em unidades e vice-versa, indicando em quais unidades ocorrerá a modificação e quando ela se dará; e se existe planejamento ou previsão para a realocação de agentes de segurança socioeducativos lotados em unidades de gestão híbrida e também de gestão direta como decorrência de nova estratégia de gestão ou de suspensão parcial ou total de atividades em unidades ou de reforma em unidade ou de problemas relacionados à precariedade da infraestrutura da unidade ou, ainda, do atual superávit de vagas no sistema socioeducativo do Estado, indicando-se a quantidade de agentes que serão remanejados, sua unidade de origem e a de destino após a transferência, devendo ser enviado a esta Casa estudo realizado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública sobre os modelos de funcionamento da gestão híbrida do sistema socioeducativo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.600/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Ezequiel Dias pedido de informações sobre o teletrabalho na fundação, consubstanciadas em relatório detalhado das entregas realizadas no período compreendido entre março de 2020 e setembro de 2023, discriminando-se as entregas por diretoria e assessoria. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.801/2023, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciadas na lista de obras e intervenções no sistema de transporte e trânsito em Minas Gerais realizadas como contrapartida do processo de renovação antecipada da concessão ferroviária da MRS Logística. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.190/2023, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre ações de formação e capacitação profissional direcionadas às pessoas com deficiência, no último semestre de 2022 e no 1º semestre de 2023, e seus resultados, e as previstas para o 2º semestre de 2023 e o ano de 2024. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.191/2023, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações desenvolvidas no último semestre de 2022 e no 1º semestre de 2023 para a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, bem como os seus resultados, nos eixos de geração de emprego e renda, políticas de fomento ao emprego e educação profissional; e as previstas para o segundo semestre de 2023 e para 2024. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.193/2023, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o andamento da regulamentação do Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes – Funpren. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.404/2023, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os impactos, para o Estado, da Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2019, em trâmite no Senado Federal, com destaque para as alterações a serem feitas na legislação mineira. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

**2ª Fase**

Nenhuma proposição para apreciação nesta fase.

**3ª Fase**

Pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 8/2/2024****1ª Parte (Expediente)**

Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reuniões Extraordinárias da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Lud Falcão e os deputados Doutor Wilson Batista, Doutor Paulo e Lucas Lasmar, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 8/2/2024, às 9h45min e às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 339/2023, da deputada Nayara Rocha, e 900/2023, do deputado Coronel Sandro; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.466/2022, do deputado Doutor Jean Freire, 3.843/2022, do deputado Charles Santos, 90/2023, do deputado Grego da Fundação, 573/2023, do deputado Arlen Santiago, 916/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, 1.514/2023, do deputado Lucas Lasmar, e 1.635/2023, do deputado Doutor Wilson Batista; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 11.667/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, 3.380, 3.382, 5.131, 5.135, 5.137, 5.138, 5.139, 5.140, 5.141, 5.144, 5.275, 5.289 e 5.290/2023, da Comissão de Participação Popular, 3.596/2023, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, 4.154, 4.155 e 4.208/2023, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, e 5.162 e 5.254/2023, da Comissão de Administração Pública; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de fevereiro de 2024.

Arlen Santiago, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Macaé Evaristo e Lohanna e o deputado Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/2/2024, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de fevereiro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

## RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÕES

– Foram recebidos na 1ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura, em 7/2/2024, os seguintes requerimentos:

## REQUERIMENTOS

Nº 1.234/2023, do deputado Sargento Rodrigues e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para comemorar o 90º aniversário da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais.

Nº 4.212/2023, do deputado Enes Cândido, em que requer seja o Projeto de Lei nº 1.499/2023, de sua autoria, desanexado do Projeto de Lei nº 37/2023, do deputado Charles Santos, por não guardarem semelhança entre si.

Nº 4.215/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais pedido de providências para, considerando as declarações do secretário de Estado de Fazenda e da secretária de Estado de Planejamento e Gestão durante a audiência pública da comissão, em 16/10/2023, em que afirmaram que não darão cumprimento ao disposto na Lei nº 24.260, de 26/12/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação pelo Poder Executivo do percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração de seus servidores, em clara desobediência à norma em vigor, adoção das medidas legais pertinentes junto à Procuradoria desta Casa, considerando-se a inobservância dos pressupostos da Lei Federal nº 8.429, de 2/6/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.216/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências para, considerando as declarações efetivadas pelo secretário de Estado de Fazenda e pela secretária de Estado de Planejamento e Gestão, durante audiência pública da comissão, em 16/10/2023, em que afirmaram que não darão cumprimento ao disposto na Lei nº 24.260, de 26/12/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação pelo Poder Executivo do percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração de seus servidores, em clara desobediência à norma em vigor, adoção das medidas legais pertinentes, considerando-se a inobservância ou infração aos pressupostos da Lei Federal nº 8.429, de 2/6/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências; e seja enviado ao mencionado órgão o *link* para o inteiro teor 31ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada para debater o tema. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 4.864/2023, do deputado Charles Santos, em que requer seja o Projeto de Lei nº 1.473/2023, de sua autoria, desanexado do Projeto de Lei nº 2.553/2021, do deputado Alencar da Silveira Jr., por não guardarem semelhança entre si.

Nº 4.867/2023, do deputado Carlos Henrique e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear a Fundação Mineira de Educação e Cultura – Fumec – pelos 60 anos atividade de ensino, pesquisa, extensão, legado e tradição.

Nº 5.212/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado – AGE – pedido de providências para verificar a necessidade de propor medida judicial de defesa dos interesses do Estado, em especial do sistema penitenciário, em razão da possível ilicitude da Resolução nº 487/2023, do Conselho Nacional de Justiça, que, em tese, a despeito do pacto federativo, da divisão dos Poderes e da competência privativa de legislar, teria legislado sobre matéria processual penal por meio de resolução. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 5.219/2023, da Comissão de Justiça, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre quais parâmetros e critérios serão utilizados para fixação do ano de exercício financeiro utilizado para definição da base de cálculo prevista no § 3º do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 38/2023 e se serão consideradas as despesas previstas ou executadas e, neste caso, se despesas empenhadas, liquidadas ou pagas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.220/2023, da Comissão de Justiça, em que requer seja realizada consulta pública, pelo *site* da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, acerca do Projeto de Lei nº 3.797/2022, de sua autoria, que declara 2023 como o ano do centenário do escritor Fernando Sabino. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.222/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de informações consubstanciadas em relatório das metodologias de cálculos utilizadas no Plano de Recuperação Fiscal, no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, objeto do Projeto de Lei nº 1.202/2019. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.225/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de informações consubstanciadas em relatório detalhado das medidas de ajuste, com os impactos esperados e os prazos para a sua adoção, que compõem Plano de Recuperação Fiscal, no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.231/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para que seja garantida a manutenção dos contratos de prestação de serviços com o Laboratório ClinLab, o Laboratório Elion, a Clínica de Olhos (grupo médico de serviços especializados), o Núcleo de Microcirurgia Ocular, a Clínica Médica Faleiro Vale, a Rinus Otorrinolaringologia, o Centro Radiológico Santa Paula, a Neurofisiologia São Francisco de Assis e a Ultraclin (clínica de ultrassom), todos localizados em Divinópolis, de modo que sejam garantidos os atendimentos dos serviços médico-hospitalares prestados aos servidores públicos estaduais beneficiários da assistência à saúde.

Nº 5.232/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de informações para que sejam esclarecidos os motivos que levaram a Subsecretaria de Receita Estadual a considerar a função do auditor fiscal da receita federal como essencial para alavancagem da receita tributária do Estado, sem mencionar os demais servidores, tais como técnicos, analistas e gestores. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.234/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que sejam instalados geradores de energia nas bombas d'água *booster* no Município de Francisco Dumont, para que o fornecimento de água não seja prejudicado pela falta de energia elétrica quando ocorrerem apagões.

Nº 5.235/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para determinar, em caráter de urgência, a revisão e a manutenção da rede elétrica do Município de Natalândia, que, segundo o vereador Charles Queiroz Ulhoa, constantemente sofre picos de energia, o que dificulta o pleno desempenho das atividades industriais e comerciais, ocasionando prejuízos a todos com perdas de maquinários e eletrodomésticos residenciais, impactando a qualidade de vida da população.

Nº 5.236/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Procuradora-Geral da Fazenda Nacional pedido de informações sobre a ciência e o entendimento do órgão acerca da concessão de reajuste salarial para o governador do Estado em quase 300%, o que elevou o teto de gastos do Executivo; sobre o perdão de dívidas tributárias e concessão de benefícios fiscais de IPVA para empresas locadoras de veículos, o que poderia configurar infringência às vedações previstas no art. 8º da Lei

Complementar Federal nº 159, de 2017; bem como sobre quais seriam as consequências para o Estado se configurado o descumprimento das vedações do Regime de Recuperação Fiscal.

Nº 5.237/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe do Gabinete Militar do Governador do Estado pedido de informações consubstanciadas em relatório contendo os seguintes dados em relação ao uso de avião particular pelo governador Romeu Zema: trechos aéreos, incluindo datas, destinos domésticos e internacionais, valores gastos e finalidades; agentes políticos ou servidores públicos que o acompanham em cada ocasião. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.238/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações consubstanciadas em relatório contendo o seguinte: o número de unidades de internação provisória e de semiliberdade existentes no Estado; o número de unidades com gestão direta, explicitando-se os respectivos locais; o número de unidades com gestão compartilhada, explicitando-se os respectivos locais; o quantitativo total de agentes de segurança socioeducativos no Estado, com as respectivas lotações; o quantitativo total de agentes de segurança socioeducativos por unidade no Estado, acompanhado do número de efetivo exigido em lei; o número de agentes de segurança socioeducativos afastados por decisão judicial, explicitando-se as unidades a que eles pertencem; o número de adolescentes por unidade de internação e unidade provisória; o número de agentes de segurança socioeducativos em ajustamento funcional e as unidades a que pertencem; e o número de agentes de segurança socioeducativos contratados e as unidades em que estão trabalhando. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.239/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais – Sindifisco-MG – pedido de informações consubstanciadas em cópia da nota técnica relativa ao Plano de Recuperação Fiscal, no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, objeto do Projeto de Lei nº 1.202/2019, e se há ressalvas ao proposto.

Nº 5.240/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais – Sinfazfisco-MG – pedido de informações consubstanciadas em cópia da nota técnica relativa ao Plano de Recuperação Fiscal, no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, objeto Projeto de Lei nº 1.202/2019, e se há ressalvas ao proposto.

Nº 5.241/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pedido de informações sobre o que segue: em caso de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, as cinco parcelas iniciais seriam menores que as cinco parcelas iniciais em caso de não adesão, segundo dados da Secretaria de Fazenda de Minas Gerais, contudo, durante os 25 anos restantes, as parcelas da dívida do Estado seriam maiores com a adesão do que sem a adesão e, havendo adesão, se o Estado poderá fazer nova repactuação em melhores condições, quando entrar em colapso, ou se terá que pagar as parcelas da dívida, e quais as consequências se o Estado, daqui a cinco anos, entendendo que não consegue cumprir as metas ou pagar as parcelas, resolver sair do regime e como pagaria o restante da dívida em caso de abandono do regime.

Nº 5.242/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências para que seja dada celeridade à execução da Lei nº 24.470, de 29/9/2023, para que as empresas credenciadas de vistoria possam iniciar suas operações.

Nº 5.243/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Rio Grande do Sul pedido de informações consubstanciadas em documento contendo o valor da dívida do estado com a União antes da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, e sua projeção após o encerramento do respectivo plano.

Nº 5.244/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os recursos orçamentários destinados, nos últimos cinco anos, a ações,

programas e projetos relacionados às políticas públicas de atendimento e de proteção das pessoas idosas, incluindo o montante previsto no orçamento para o ano de 2023, com destaque para os valores previstos, empenhados e executados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.245/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à procuradora-geral da Fazenda Nacional pedido de informações sobre se o atual governador ou o atual secretário de Fazenda respondem pelo não cumprimento de metas do Plano de Recuperação Fiscal; se o Estado pode pagar pelas metas não cumpridas; sobre qual é a punição para o não cumprimento da meta; e se, uma vez que, segundo cálculo da Secretaria de Fazenda, caso seja autorizada a adesão por esta Casa, nos últimos três anos do regime, as parcelas serão uma de R\$17.000.000.000,00 e duas de R\$18.000.000.000,00, poderia haver multa de 20% por descumprimento de meta, redundando em mais R\$3.500.000.000,00 aproximadamente de multa, tornando a parcela maior do que R\$20.000.000.000,00 e R\$21.000.000.000,00 nos últimos três anos.

Nº 5.247/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de informações consubstanciadas em cópia dos dados apresentados à Secretaria do Tesouro Nacional, quando do protocolo do Regime de Recuperação Fiscal, em maio de 2022, observando-se que, na pág. 62, o relatório apresentado traz que, excluídos os serviços das dívidas não pagos, os restos a pagar somam R\$24.500.000.000,00 (R\$6.400.000.000,00 + R\$3.400.000.000,00 + R\$7.800.000.000,00 + R\$2.900.000.000,00 + R\$4.000.000.000,00 = R\$24.500.000.000,00), portanto abaixo do saldo de caixa constante do Relatório de Gestão Fiscal consolidado 2021, que registra o saldo de R\$24.550.000.000,00, e tal fato, se confirmado, impediria a adesão ao regime, tendo em vista exigência do art. 3º, inciso III da Lei Complementar nº 159, de 2017. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.249/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de informações consubstanciadas em documento que demonstre a esta Casa o grau de certeza dos cálculos apresentados no âmbito do Plano de Recuperação Fiscal, uma vez que no Anexo I – Projeção incremento, em 2025, das receitas (item 4.12), além de irrisória, quando comparada com as renúncias fiscais (R\$ 19.000.000.000,00), apresenta impactos da ampliação de receitas da ordem de R\$827.000.000,00, com cálculos cuja efetividade parece mais exercício de futurologia ou cartomancia. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Administração Pública. Anexe-se ao Requerimento nº 5.222/2023, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 5.250/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – pedido de informações consubstanciadas em nota técnica quanto ao Plano de Recuperação Fiscal, no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, objeto do Projeto de Lei nº 1.202/2019, e se há ressalvas ao proposto. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.251/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para a realização de reunião com a presença de seu diretor-presidente, do presidente da Abrasel Regional Sul de Minas para estabelecimento de medidas que impeçam o desabastecimento na cidade de Varginha.

Nº 5.252/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que o abastecimento de água na cidade de Varginha seja prontamente retomado.

Nº 5.255/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre impedimentos para que as empresas credenciadas de vistoria iniciem suas operações, conforme a Lei nº 24.470, de 29/9/2023. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.257/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para a aquisição de gerador de energia ou usina solar fotovoltaica para evitar desabastecimento na cidade de Varginha por falta de energia elétrica.



Nº 5.258/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pedido de informação sobre o montante de recursos atualmente existentes em aplicações financeiras em nome do Estado e ainda se existe algum numerário em nome do Estado em aplicação no Banco Itaú, tendo em vista que, por força do disposto no § 3º do art. 164 da Constituição da República e no art. 43 da Lei de Responsabilidade Fiscal, as disponibilidades de caixa dos estados devem ser depositadas em instituições financeiras oficiais. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.259/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e ao governador do Estado pedido de providências para o adequado abastecimento energético do Município de Juiz de Fora, que tem vivenciado reiterados períodos sem energia elétrica, o que causou ainda falta de abastecimento de água pelo fato de as bombas serem elétricas.

Nº 5.261/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja enviado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas em estudo que comprove que benefícios fiscais promovem crescimento de emprego e renda, e que apresente as razões de o aumento das isenções em 2022 e 2023 não ter promovido aumento proporcional de receita corrente líquida. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.262/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas em relatório sobre como se dará a manutenção da concessão das progressões, promoções e gratificações aos servidores do Estado, considerando-se a previsão de crescimento vegetativo em 3%, acompanhadas de memória de cálculo, haja vista a dinâmica diferente para cada setor do governo. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.263/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à procuradora-geral da Fazenda Nacional pedido de informações sobre a possibilidade de homologação do Plano de Recuperação Fiscal sem o cumprimento do que determina o art. 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 159, de 2017.

Nº 5.264/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja realizada a manutenção na rede de distribuição de energia elétrica no Município de Francisco Dumont, tendo em vista os inúmeros apagões que vêm ocorrendo na localidade, comprometendo o fornecimento de água local e ocasionando prejuízos à população e aos comerciantes.

Nº 5.265/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que os lucros e dividendos da empresa não sejam divididos entre os acionistas e sim reaplicados em investimentos para melhoria do serviço de saneamento e abastecimento; e seja dada especial atenção ao Município de Varginha, por sua importância econômica para a região, e aos danos ocasionados pela falta de água, algo tão básico para a sobrevivência dos cidadãos e desenvolvimento da cidade.

Nº 5.267/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a regularização do repasse de verbas para manutenção e custeio da Escola Estadual Bernardo Monteiro, em Belo Horizonte.

Nº 5.310/2023, da Comissão de Agropecuária, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja realizada, em caráter emergencial, vistoria no Município de Paracatu, em face das reiteradas interrupções de energia relatadas pelos produtores rurais e consumidores perante a companhia, em audiência pública da comissão.

Nº 5.311/2023, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que sejam revistas as previsões (metas) de investimento em subestações e linhas de transmissão, entre outros, de modo a priorizar a região Noroeste, em especial os Municípios de Paracatu, Unaí e Guarda-Mor, em face da importância produtiva e econômica desses territórios para a economia mineira.

Nº 5.312/2023, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que sejam priorizadas, até o final de 2024, a instalação das novas subestações previstas para a região Noroeste e o término da ampliação das subestações de energia já existentes.

Nº 5.313/2023, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado aos líderes de partidos e de bancadas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais pedido de providências para darem celeridade à tramitação do Projeto de Lei nº 2.842/2021, que dispõe sobre a exigência de estudos ambientais para atividades agrossilvopastoris passíveis de licenciamento ambiental no âmbito do Estado, e do Projeto de Lei nº 1.054/2023, que altera a Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.

Nº 5.314/2023, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Cemig pedido de providências que se empenhe fortemente na contratação de equipes de instalação e manutenção de rede elétrica para atender à região Noroeste do Estado, haja vista reclamações dos produtores rurais com as constantes quedas e flutuações na energia elétrica dessa região, relatadas na audiência pública da comissão, realizada em 30/11/2023.

Nº 5.317/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 540/2019, do deputado Cleitinho Azevedo.

Nº 5.318/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que realize reunião com a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais para debater e resolver a questão da Casa de Candomblé Angola da Mãe Kytaloyá.

Nº 5.320/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações sobre o número de bebedouros ou de outras formas de acesso livre e gratuito à água potável disponíveis em Belo Horizonte, especificando, no caso de bebedouros, se há previsão de manutenções; o planejamento de implantação de outras formas de acesso livre e gratuito à água para as pessoas em situação de rua; a previsão de ampliação de centros pop, unidades de acolhimento institucional ou outro serviço de atendimento a essas pessoas na cidade e o apontamento das melhorias necessárias. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.321/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulada manifestação de apoio ao Dr. Leonardo Magalhães pela sua indicação ao cargo de defensor público-geral federal da Defensoria Pública da União em razão de sua atuação na defesa e promoção dos direitos humanos, tendo, ao longo da carreira de 15 anos na instituição, atuado em diversas searas, destacadamente como defensor público interamericano junto à Comissão e à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Nº 5.325/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a que seja feita uma parceria entre a Secretaria de Estado de Saúde e o Município de Santa Luzia, para a implantação de um centro de hemodiálise na cidade; e que seja ofertado, no hospital de Santa Luzia, atendimento na área de ortopedia, incluindo também cirurgias ortopédicas.

Nº 5.326/2023, do deputado Enes Cândido, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os processos de licenciamento para implantação de usinas termoeletricas em Minas Gerais, em que constem o número de processos em andamento, as fases em que se encontram, local de implantação e tipo de combustível. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.327/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre o montante investido nos últimos quatro anos no Município de Pequeri para a realização de reparos e melhoria da prestação de serviços no fornecimento de energia. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.328/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para a realização de obras em caráter emergencial no Município de Pequeri, com vistas a

reparar e ampliar a infraestrutura de energia elétrica da cidade, que tem sofrido com inúmeras instabilidades na rede elétrica, impactando a prestação de serviços. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 5.329/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja formulado voto de congratulações com Sandra de Assis pelos relevantes serviços em prol da construção de moradias para a população mineira nos 30 anos da Associação dos Moradores Sem Casa de Entre Rios de Minas – Amsca.

Nº 5.330/2023, do deputado Grego da Fundação, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Jorge Luiz Baptista de Souza por sua atuação parlamentar no Município de Pirapetinga e pelos relevantes serviços prestados na área social do município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 5.331/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram em ocorrência nos Bairros Cidade Nova e Rio Grande, em Diamantina, em 5 de dezembro de 2023. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.332/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram em ocorrência no *show* do cantor Paul McCartney, na Arena MRV, em 4/12/2023, que resultou na prisão de dois homens suspeitos de estelionato. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Sargento Rodrigues. Anexe-se ao Requerimento nº 5.331/2023, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 5.333/2023, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a apuração das circunstâncias do acidente de trânsito ocorrido na noite do dia 18 de novembro de 2023, na Avenida Pedro Linhares Gomes, no perímetro urbano do Município de Ipatinga, que levou à morte o jovem Raynan Pires Clum, de apenas 21 anos, que, segundo relatos, estaria voltando da igreja quando foi atingido por outro carro. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.334/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja formulado voto de congratulações com Francisco Paulo da Silva pelos relevantes serviços prestados pela Associação dos Sem Teto de Conselheiro Lafaiete.

Nº 5.335/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram para salvar a vida de um homem que estava em surto psicótico tentando tirar a própria vida, na madrugada do dia 10/12/2023, na Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.337/2023, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual São Luiz Gonzaga de Elói Mendes por sua brilhante atuação no Campeonato Brasileiro de Bandas e Fanfarras de Amparo, na modalidade marcha, banda de percussão com liras, categoria juvenil, conquistando o 1º lugar em Corpo Musical, Corpo Coreográfico, Pelotão Cívico, Comandante-Mor e Baliza. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 5.338/2023, da deputada Macaé Evaristo, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre a execução da Lei Paulo Gustavo, especificando o cronograma de execução dessa lei e, em relação ao contrato do Estado com a plataforma Prosas para a execução da Lei Paulo Gustavo, o valor e o objeto do contrato; o seu prazo de validade; se há possibilidade de renovação e quais os critérios para isso; o serviço prestado; o produto a ser entregue e o número de inscritos na Lei Paulo Gustavo por essa plataforma. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.339/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que atuaram na operação Wasted Years, em Ribeirão Preto (SP), em 7/12/2023, que resultou na prisão de um homem indiciado pelos crimes de tentativa de feminicídio, lesão corporal e ameaça. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.340/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais e bombeiros militares que atuaram em operação no Bairro Santa Maria, em 6/12/2023, quando conseguiram impedir que um homem tirasse a própria vida e, em decorrência disso, elucidaram um caso de feminicídio. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.342/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que enviem ao Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – novo pleito relativo à nomeação dos candidatos aprovados, inclusive como excedentes, no concurso público para técnico assistente da Polícia Civil – Área do Conhecimento Auxiliar de Perícia (Edital nº 2/2022) –, acompanhado de informações atualizadas, entre as quais a existência de 262 cargos vagos e de gastos com mão de obra terceirizada, com vistas a subsidiar análise técnica e urgente deliberação por parte do Cofin.

Nº 5.343/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando da Polícia Militar de Minas Gerais, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e ao Comitê de Orçamentos e Finanças – Cofin – pedido de providências com vistas ao imediato pagamento de diárias aos discentes do Cefs II/2023 que, lotados em outras regiões, se apresentarão nas companhias-escolas no período de 12 a 15 de dezembro.

Nº 5.344/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que os procedimentos para movimentação dos discentes do Cefs II/2023 se iniciem apenas no final do mês de fevereiro de 2024, quando efetivamente serão promovidos.

Nº 5.345/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a convocação dos oito excedentes no concurso público destinado a selecionar candidatos para o Curso de Formação de Soldados do Quadro de Praças Especialistas, para o ano de 2023 (CFSD-QPE/2023), na categoria auxiliar de motomecanização, considerando-se, em especial, a patente e indiscutível necessidade de efetivo policial em todo o Estado.

Nº 5.346/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em parecer ou nota técnica e, caso não existam, no documento que ensejou a aplicação dos efeitos do Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, em relação à redução do adicional de pró-labore, abono-permanência e de substituição temporária no que diz respeito à alteração do desconto da alíquota destinada à proteção social dos policiais militares mineiros. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.347/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – em Três Marias pedido de providências para que sejam solucionadas as seguintes falhas na prestação do serviço na região de Três Marias: liberação ao ar livre de gases resultantes do tratamento de esgoto na ETE, impactando negativamente nos Bairros Vila CMM, Cidade Florença, Parque Diadorim (Cidade Industrial) e Parque das Gemas; falta de água em bairros, como Jardim dos Pescadores, Professor Johnsen e Aeroporto, situação que persiste há mais de cinco anos; falta de manutenção na rede de distribuição de água, exemplificada pelo caso do Bairro Beira Rio, no Município São Gonçalo do Abaeté, que faz divisa com Três Marias, e que tem recebido água barrenta.

Nº 5.348/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais em Três Marias pedido de informações consubstanciadas nos relatórios de gestão dessa concessionária, incluindo lucros e dividendos, no que concerne à região de Três Marias, relativos aos últimos cinco anos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.349/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – em Corinto pedido de providências para que sejam adotadas medidas para solucionar as falhas na prestação dos serviços prestados pela concessionária na região de Três Marias e Distrito de São Gonçalo do Abaeté, em relação aos piques de energia recorrentes, causando prejuízos a residências e comércios, como ocorrido no Bairro Jardim dos Pescadores; falta de

atendimento a regiões rurais, como o chacreamento no km 290, prejudicando famílias, idosos, pequenos produtores; deficiência na manutenção, exemplificada pelo incidente do cabo de energia rompido no centro da cidade, com demora no reparo; carência de transformadores adequados ao crescimento da cidade; falta de fiscalização efetiva da companhia sobre as empresas terceirizadas; ausência de contrapartida da Cemig no desenvolvimento socioeconômico e ambiental local.

Nº 5.350/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de providências para que seja priorizado o asfaltamento da estrada que liga Pocinhos do Rio Verde, distrito de Caldas, a Andradas, como forma de compensar os prejuízos já causados à economia regional pela concessão da BR-459; e seja encaminhado ao referido órgão a moção de apelo pelo início imediato do asfaltamento dessa estrada, aprovada pela Câmara Municipal de Caldas.

Nº 5.351/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para a autorização formal de entrada de veículos leves e vans no Município de Cordisburgo após a instalação do desvio da Rodovia LMG-754 e para a comunicação da autorização à prefeitura e à câmara de vereadores desse município.

Nº 5.352/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a Rodovia LMG-754 consubstanciadas no projeto completo aprovado para o desvio em Cordisburgo, no cronograma físico e financeiro da obra e no detalhamento de como será realizada a obra. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.353/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-superintendente da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., em Curvelo, pedido de informações sobre a Rodovia LMG-754 consubstanciadas no projeto completo aprovado para o desvio em Cordisburgo, no cronograma físico e financeiro da obra e no detalhamento de como será realizada a obra.

Nº 5.354/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para a inclusão, no projeto de desvio da Rodovia LMG-754 do Município de Cordisburgo, dos seguintes pontos apresentados pela representante dessa secretaria em audiência pública realizada pela comissão em 30/11/2023: mudança do portal Grande Sertão Veredas para o início da cidade para que possa ser avistado por quem passa pela anel viário; implantação de uma travessia elevada de pedestres para acesso à Gruta de Maquiné, com redutor de velocidade; e implantação de dispositivos de retorno de nível no acesso norte da cidade.

Nº 5.355/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – em Brasília, à Unidade Regional da Agência Nacional de Transportes Terrestres em Minas Gerais – ANTT – em Belo Horizonte, à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – em Brasília e à empresa Via 040, em Nova Lima, pedido de providências para a urgente conclusão das obras na BR-040 próximo ao Município de Santos Dumont, onde um antigo desmoronamento continua causando transtornos aos usuários da via.

Nº 5.356/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para a adequada sinalização da Rodovia MG-452, entre os Municípios de Oliveira Fortes e Paiva, onde vários trechos encontram-se interditados em uma das pistas, obrigando os motoristas a trafegar em ambos os sentidos em uma única faixa.

Nº 5.357/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Ministério das Comunicações, em Brasília, pedido de providências para a análise do pedido de renovação da outorga para radiodifusão comunitária pleiteado pela Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu, consoante Protocolo Eletrônico nº 01245.019848/2023-05, realizado via Cadsei, tendo em vista a relevante atuação da associação nesse município.

Nº 5.358/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Superintendência Regional de Ensino – SRE – em Divinópolis pedido de providências para que sejam realizadas melhorias na estrutura da Escola Estadual Padre João Parreiras Villaça, em Carmo do Cajuru, especialmente a construção de muros, pintura, restauração da rede hidráulica e elétrica e construção de um auditório.

Nº 5.359/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que as três turmas de 1º ano do ensino fundamental, já autorizadas no plano de atendimento escolar para 2024, sejam ofertadas na Escola Estadual General Osvaldo Pinto da Veiga, em Conselheiro Lafaiete.

Nº 5.361/2023, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com o prefeito de Ouro Preto, Ângelo Osvaldo de Araújo Santos, pelo seu aniversário, em 7 de dezembro de 2023. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 5.363/2023, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado votos de congratulações com a Ipanema Coffees, na Fazenda Ipanema Agrícola S.A., na Fazenda Rio Verde, em Conceição do Rio Verde, pelo prêmio de melhor café do Brasil na competição Cup of Excellence 2023. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 5.364/2023, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulada manifestação de protesto à Secretaria de Cultura de Minas Gerais pelo procedimento antidemocrático adotado na construção da IV Conferência Estadual de Cultura de Minas Gerais, comprometendo a participação e a representatividade da diversidade de setores culturais e regionais existentes no Estado.

Nº 5.365/2023, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas à inclusão, nas atividades curriculares e complementares das escolas estaduais, da dança afro, linguagem artística que é expressão do povo negro e das comunidades afrodescendentes de Minas Gerais e que pode ser uma importante referência para a autoestima e a identidade cultural dos estudantes.

Nº 5.366/2023, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que a dança afro, linguagem artística associada às tradições afrodescendentes e às diferentes comunidades relacionadas às expressões e manifestações da cultura negra seja reconhecida e incorporada pelos mecanismos de fomento e incentivo à cultura no Estado.

Nº 5.367/2023, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo e à presidente da Fundação Clóvis Salgado – FCL –, tendo em vista notícia publicada pelo jornal “Estado de Minas”, em 27/11/2023, segundo a qual Minas Gerais perdeu R\$ 54 milhões em investimentos do governo federal por não ter inscrito a tempo projetos para os Centros de Artes e Esportes Unificados da Cultura, braço do novo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC –, gerido pelo Ministério da Cultura, pedido de informações sobre a razão dessa não adesão; os critérios que foram adotados para a decisão de não inscrição; alguma consulta ao Conselho Curador da Fundação acerca do tema; e a possibilidade de o valor que a Secretaria de Cultura e a FCL deixarão de receber ser alcançado de outra forma e qual seria, esclarecendo se essa secretaria e a referida fundação entendem como dispensáveis os R\$54 milhões em investimentos do governo federal. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.368/2023, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com o pastor Wellington Alves Coelho pelos 65 anos da Igreja Assembleia de Deus no Município de João Pinheiro.

Nº 5.369/2023, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com os Srs. Igor Santos, prefeito de Paracatu, e Igor Diniz, secretário de Cultura e Turismo de Paracatu, pelo merecido recebimento do Prêmio Cumbuca de Gastronomia, na categoria Cidade Gastronômica, que reconhece o município que se destaca no fomento e incentivo de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do turismo gastronômico, gastronomia e cultura alimentar.

Nº 5.370/2023, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com Júnia Bertolino, fundadora da Cia. Baobá Minas, pelo belíssimo trabalho de fortalecimento da cultura negra.

Nº 5.371/2023, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com Camilla Vilela pela conquista de duas medalhas de ouro no Campeonato Brasileiro de Dança em Cadeira de Rodas, realizado no Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro em São Paulo, conquista que a faz continuar seguindo em 1º lugar no *ranking* brasileiro, em sua categoria.

Nº 5.372/2023, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Pe. Eliney Cordeiro pelos 150 anos da Paróquia Sant'Ana, no Município de João Pinheiro.

Nº 5.373/2023, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com Júlio Fessô pelo projeto “Eu Amo Minha Quebrada”, desenvolvido no Morro do Papagaio, em Belo Horizonte, que visa reforçar o sentimento de pertencimento pelo local onde se vive e combater os estereótipos negativos da favela, além de despertar o interesse pela educação, tecnologia, sustentabilidade, esporte e empreendedorismo, entre outros aspectos.

Nº 5.374/2023, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as políticas públicas que estão sendo executadas para a promoção do cinema nacional e mineiro em Minas Gerais e as parcerias que estão vigentes com o objetivo de fomentar o setor audiovisual e o valor a elas destinado nos últimos 5 anos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.375/2023, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Cultura pedido de providências para que sejam viabilizadas as articulações necessárias para retomada e atualização do Plano Nacional Setorial da Moda.

Nº 5.376/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas em cópia da regulamentação estadual que permite o trabalho na modalidade *home office* dos médicos que trabalham na regulamentação do SUSFácil. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.377/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu – na região do Triângulo Sul, especificando-se os investimentos realizados, suas fontes e alocação dos recursos e projetos; as cidades abrangidas, detalhando-se a população atendida e a capacidade de resposta do Samu nessas localidades; as cidades que receberão base avançada e unidade básica; e a previsão de operação: planos de expansão, contratação de pessoal, aquisição de ambulâncias e melhorias na infraestrutura. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.378/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e ao Ministério da Saúde pedido de providências para urgência no tratamento oncológico de pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

Nº 5.379/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao presidente da Câmara dos Deputados pedido de providências para sejam pautados o Projeto de Decreto Legislativo nº 81/2023 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 153/2023, que objetivam a sustação dos efeitos da Resolução nº 487, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Nº 5.380/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja formulada manifestação de apoio a Janja Lula da Silva pelo ataque *hacker* sofrido no dia 11/12/2023, no qual teve seu perfil no X, antigo Twitter, invadido e tomado por xingamentos.

Nº 5.381/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que sejam recebidas as representantes do Movimento de Mulheres Olga Benário, com o objetivo de conhecer suas reivindicações, entre elas a construção da Casa da Mulher Brasileira, e o estabelecimento de uma parceria formal para o fortalecimento dos serviços prestados pela Casa Tina Martins.

Nº 5.382/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE –, ao Ministério da Igualdade Racial, à Secretaria-Geral da Presidência da República, ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e ao Conselho Nacional de Justiça pedido de providências para indicação de

servidor que fará o diálogo e o acompanhamento da pauta Violência Política de Gênero e Raça junto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e da composição do Grupo Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça.

Nº 5.383/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a Casa da Mulher Mineira e a Casa da Mulher Brasileira em Minas Gerais, apresentando-se histórico e informações orçamentárias; a cessão ou doação do imóvel onde funciona a Casa Tina Martins em Belo Horizonte; as medidas de diálogo e mediação estabelecidas com a Ocupação Edneia Ribeiro, localizada na Rua Álvares da Silva, 89, no Bairro União, em Belo Horizonte; e a composição atual e o funcionamento do Conselho Estadual da Mulher. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.384/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a adoção de medidas visando ao funcionamento ininterrupto da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Montes Claros, de forma que os flagrantes de violência contra as mulheres sejam lavrados na delegacia especializada e a revitimização das mulheres atendidas seja evitada.

Nº 5.385/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a criação, em articulação com órgãos e entidades afins, de um observatório de pesquisa especializado na temática da violência contra as mulheres no Estado, com o objetivo de realizar estudos qualitativos sobre as estatísticas existentes, de modo a priorizar pesquisas e estudos sobre as vítimas, suas famílias e o contexto social em que estão inseridas.

Nº 5.386/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para a criação de uma vara especializada e exclusiva no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no Município de Montes Claros.

Nº 5.387/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a implantação de um Centro de Referência de Atendimento à Mulher Regional, com atuação em Montes Claros e região, para realizar orientação, atendimento, acompanhamento e encaminhamento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Nº 5.388/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a implantação de Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – para atuar na Região Integrada de Segurança Pública de Montes Claros.

Nº 5.389/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Câmara Municipal de Montes Claros – CMMC – pedido de providências para a criação de uma procuradoria especializada no atendimento às mulheres na CMMC.

Nº 5.391/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulada manifestação de protesto contra a decisão da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pela proibição da atividade dos carroceiros, que são povos tradicionais e integram a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais, lançada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 5/12/2023.

Nº 5.392/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para desistência da ação judicial que move em prejuízo da Casa de Candomblé Angola da Mãe Kytaloyá e para que se proceda à regularização da unidade tradicional territorial.

Nº 5.393/2023, da deputada Maria Clara Marra e outros, em que requerem a concessão do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais a Octavio Augusto De Nigris Bocalini, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. (– À Mesa da Assembleia.)



Nº 5.396/2023, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulado voto de congratulações com os sindicatos que menciona pela importante luta e mobilização da categoria contra os projetos que tratam do Regime de Recuperação Fiscal proposto pelo governador do Estado.

Nº 5.397/2023, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Vespasiano pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Nº 5.398/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que se restabeleça a qualidade no fornecimento de energia no Bairro Flórida, no Município de Sete Lagoas, uma vez que foram noticiados pela associação dos moradores do bairro prejuízos ligados à queima de eletrodomésticos e à falta de segurança diante de constantes quedas de energia. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 5.399/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de providências para a resolução dos graves problemas de saneamento básico no Município de Cachoeira do Pajeú, e para o envio dos ofícios da Câmara Municipal de Cachoeira do Pajeú à Copanor, por meio dos quais solicitou providências em face de problemas no saneamento básico local. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 5.400/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação de Moradores sem Casa de Entre Rios de Minas pelos 30 anos de sua fundação e pela entrega de 95 unidades habitacionais de interesse social do Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades, por autogestão, no Residencial Dom Luciano, no Bairro Castro, nesse município, em 18/12/2023.

Nº 5.401/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Rio Paracatu pela entrega de 200 moradias do programa Minha Casa, Minha Vida no Residencial Vida Nova, em Paracatu.

Nº 5.402/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral de operações da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – em Congonhas pedido de informações relativas às notificações para explicações judiciais promovidas em desfavor de militantes que atuam em defesa da observância dos direitos humanos, bem como ao porquê da ausência de representantes da CSN Mineração na audiência pública realizada pela comissão no dia 25/9/2023, que debateu a proposta de expansão da lavra de minério de ferro no complexo Casa de Pedra, em Congonhas, pela referida empresa.

Nº 5.403/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja concluída a subestação de energia localizada no Município de Pequeri e para que os representantes dos Poderes Legislativo e Executivo dos municípios que serão atendidos pela subestação sejam atualizados constantemente quanto aos prazos de entrega da obra. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 5.404/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre os motivos que ocasionaram o atraso, em mais de um ano, da subestação de energia localizada no Município de Pequeri e sobre o acompanhamento da construção da subestação junto à empresa responsável, detalhando-se os prazos da execução e instalação da obra, bem como a existência de cláusulas contratuais que estipulam a aplicação de multa em caso de atraso na entrega. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.405/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – pedido de providências para que seja ampliado o quadro de funcionários da empresa no Município de Padre Paraíso, que conta com apenas dois servidores para o atendimento dos seus 17 mil habitantes.

Nº 5.406/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à diretora-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais pedido de informações sobre a qualidade da água tratada pela Copanor, que abastece o Município de Cachoeira do Pajeú. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.407/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à diretora-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de informações sobre a qualidade da água tratada pela Copanor, que abastece o Município de Padre Paraíso. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.410/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o papa Francisco pelos dez anos de pontificado, liderando a Igreja Católica de forma ecumênica, solidária e fraterna, em prol da população mais vulnerável. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 5.411/2023, do deputado Adriano Alvarenga, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Frederico de Castro Escalera, deputado federal, por lhe ter sido outorgado o título de Cidadão Honorário do Município de São Lourenço. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 5.412/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com os membros do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, especialmente os citados no BO 2023-056672929-003, pelo enfrentamento do incêndio de grandes proporções ocorrido na noite de 5 de dezembro de 2023, em prédio residencial no Bairro Lourdes, em Belo Horizonte. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.413/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares da 1ª, 3ª e 4ª Companhias da Polícia Militar de Minas Gerais pelo atendimento imediato e efetivo, apoio, suporte e organização durante a ocorrência de incêndio do edifício Residencial Vila Rica, havido no Bairro Lourdes na noite de 5 de dezembro de 2023. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.415/2023, das deputadas Leninha e Macaé Evaristo e do deputado Celinho Sintrocel, em que requerem seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Romeu Sabará. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 5.419/2023, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja formulado voto de congratulações com a empresa BH Airport pela administração do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins, que figurou na lista dos dez melhores do mundo, atingindo a nota 8,35 em 10 na avaliação da AirHelp, organização internacional especializada em direitos de passageiros no ano de 2023.

Nº 5.420/2023, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Alpargatas S.A. pelos 10 anos de implantação em Montes Claros.

Nº 5.421/2023, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec – pedido de providências com vistas a atender os municípios da Região Norte do Estado de Minas que se encontram em calamidade pública devido à seca que atinge a região. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 5.422/2023, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Federação Brasileira de Bancos – Febraban – pedido de providências para avaliação, junto às instituições associadas, da expansão da oferta de crédito para prefeituras de modo a atender às necessidades de financiamento de Regularização Fundiária Urbana – Reurb –, considerando-se todos os efeitos econômicos benéficos comprovadamente gerados pela regularização.

Nº 5.426/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram na operação, em 19/11/2023, no Município de Teófilo Otoni, que resultou na prisão de um autor por posse ilegal de arma de fogo e munição de uso restrito e apreensão de três armas de fogo adaptadas artesanalmente, sendo uma carabina rifle

9mm, uma submetralhadora 380 e uma carabina 380, além de 16 cartuchos de munição 380, uma grande quantidade de drogas e diversos equipamentos utilizados para o tráfico de drogas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.428/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com as bombeiras militares pioneiras na inclusão da mulher no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, que se tornaram inspiração para futuras gerações, mostrando que não existem limites para o talento e a dedicação. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.429/2023, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulada manifestação de apoio ao ativista Jorge Ferreira dos Santos Filho, membro da coordenação da Articulação dos Empregados Rurais – Adere-MG – e integrante da direção da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais – CUT-MG –, por conta de ataques sofridos nas redes sociais de um parlamentar da Câmara Municipal de Carmo de Minas, que teve como objetivo constranger e coibir o ativista em razão da sua participação na atividade “Luta antirracista: qual a sua contribuição?”, realizada no *campus* avançado do Ifsuldeminas, em Carmo de Minas, por ocasião das comemorações do dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2023.

Nº 5.430/2023, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao vereador Marcelo Dias de Castro, parlamentar da Câmara Municipal de Carmo de Minas, pela publicação feita em suas redes sociais, que teve como objetivo constranger e coibir o ativista Jorge Ferreira dos Santos Filho, membro da coordenação da Articulação dos Empregados Rurais – Adere-MG – e integrante da direção estadual da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais – CUT/MG –, em razão da sua participação na atividade “Luta antirracista: qual a sua contribuição?”, realizada no *campus* avançado do Ifsuldeminas, em Carmo de Minas, por ocasião das comemorações do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2023.

Nº 5.432/2023, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais pedido de providências para que sejam fiscalizadas e apuradas as condições de trabalho dos funcionários da empresa Vordex Soluções Industriais, contratada pela mineradora Ferro+ Mineração para prestar serviços em mineração no Município de Ouro Preto, em decorrência do acidente de trabalho ocorrido em 6/12/2023, que resultou na morte de dois trabalhadores da Vordex, que prestavam serviços à mineradora, em Ouro Preto.

Nº 5.433/2023, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja enviado a esta Casa, em regime de urgência, o projeto de lei com atualização do plano de carreira dos servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema –, acordado judicialmente em 2016, no processo de Cumprimento de Sentença nº 0501441-63.2016.8.13.0000, mas ainda não implementado. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 5.434/2023, do deputado Caporezzo e outros, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio ao Parlamento Centroamericano – Parlacen – por retirar de Taiwan a condição de membro observador internacional desse parlamento e conceder essa condição à China. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 5.436/2023, da deputada Macaé Evaristo, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as aulas para professores efetivos, composição do Regime Básico na coordenação do ensino médio, em que se demonstre a fundamentação existente para afirmar que aulas destinadas à coordenação do ensino médio somente poderão ser atribuídas nas situações de excedência quando existem, claramente expostas na orientação, outras duas situações; e em que se esclareça se há possibilidade de o servidor efetivo assumir aulas destinadas à coordenação do ensino médio, em plena conformidade com as orientações pertinentes, e qual outra orientação ou legislação impede que ele assuma. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.437/2023, da deputada Macaé Evaristo, em que requer seja encaminhado ao superintendente Regional de Ensino de Varginha pedido de informações sobre as aulas para professores efetivos, composição do Regime Básico na coordenação do ensino médio, em que se demonstre a fundamentação existente para afirmar que aulas destinadas à coordenação do ensino médio somente poderão ser atribuídas nas situações de excedência, quando existem, claramente expostas na orientação, outras duas situações; e em

que se esclareça se há a possibilidade de o servidor efetivo assumir aulas destinadas à coordenação do ensino médio, em plena conformidade com as orientações pertinentes e qual outra orientação ou legislação impede que ele assuma. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.438/2023, do deputado Enes Cândido, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências com vistas à adoção das medidas necessárias para que seja viabilizado aos municípios mineiros o recebimento dos recursos oriundos da prorrogação do Programa Nacional de Redução de Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas, instituído pela Portaria GM/MS nº 90/2023, do Ministério da Saúde, prorrogado pelo art. 3º da Portaria GM/MG nº 2.336, de 12 de dezembro de 2023. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 5.440/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja formulado voto de congratulações com Lorhany Almeida, servidora da Superintendência de Patrimônio da União em Minas Gerais, por tornar possível a assinatura de contratos de cessão de imóveis da União para o Instituto Federal do Norte de Minas, a Universidade Estadual de Minas Gerais, a Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais e o Tribunal Regional Federal da 6ª Região e por viabilizar a destinação do antigo prédio do INSS, na Rua Caetés, em Belo Horizonte, para fins de moradia social mediante Retrofit. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 5.441/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja revitalizado e recuperado o Rio São Francisco, no Município de Cachoeira do Pajeú, acompanhado das notas taquigráficas da 12ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater os serviços da Copanor nos Municípios de Cachoeira de Pajeú e Padre Paraíso. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 5.442/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – pedido de providências para que seja ampliado o quadro de funcionários da empresa no Município de Cachoeira do Pajeú, que conta com apenas dois servidores para o atendimento dos seus 10 mil habitantes.

Nº 5.443/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público em Cachoeira de Pajeú pedido de providências para que seja investigado o crime ambiental que causou a morte de peixes no Rio São Francisco, no Município de Cachoeira de Pajeú, acompanhado das notas taquigráficas da 12ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater os serviços da Copanor nos Municípios de Cachoeira de Pajeú e Padre Paraíso. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 5.444/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – e à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsa-MG – pedido de providências para a instalação urgente de uma estação de tratamento de esgoto no Município de Cachoeira do Pajeú, tendo em vista os graves problemas advindos do lançamento de esgoto sem tratamento no Rio São Francisco. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 5.445/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A – Copanor – pedido de informações sobre o projeto, o custo e as previsões de início e término das obras da estação de tratamento de esgotos de Cachoeira do Pajeú. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.446/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado – AGE – pedido de providências para realização de reunião de conciliação entre representantes da AGE, da Secretaria Estadual da Fazenda, do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais – Sindifisco-MG – e de representantes dos candidatos aprovados mas não nomeados no concurso público para o cargo de auditor fiscal de tributos estaduais do ano de 1995, para debater a situação de sua nomeação em face de processos judiciais e administrativos subsequentes.

Nº 5.447/2023, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – pedido de providências para que, nos termos do art. 281 da Resolução nº 12/2008 do Regimento Interno desse órgão fiscalizador, seja deflagrada inspeção de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 5.448/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Octávio Augusto De Nigris Bocalini, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, por sua eleição como presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais – Coptrel.

Nº 5.449/2023, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que sejam solucionados, com urgência, os problemas recorrentes de fornecimento de energia, especialmente de oscilação e de baixa tensão, que continuam a acometer o Noroeste de Minas, notadamente o Município de João Pinheiro, causando inúmeros prejuízos a moradores e produtores locais.

Nº 5.451/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Itaúna e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que seja priorizada a investigação do incêndio criminoso que destruiu quatro viaturas da polícia penal que estavam estacionadas em frente ao presídio de Itaúna, no Bairro Universitário, na madrugada de sexta-feira, 15/12/2023, e para que seja reforçado o patrulhamento preventivo na área do ocorrido, objetivando coibir e evitar tais práticas criminosas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.453/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para a transferência do Sd. PM Caio Araújo Mendes, atualmente lotado na cidade de Campo Azul, destacamento pertencente ao 2º Pelotão da 13ª Companhia de Polícia Militar Independente de São Francisco, para a cidade de Montes Claros, a fim de prestar os devidos cuidados à esposa e à filha, que possuem condições especiais de saúde e residem em Montes Claros.

Nº 5.454/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que seja permitido aos bombeiros militares com mais de 30 anos, que preencham os requisitos constantes no item 2.14 do Edital DRH/CRS nº 12/2022, a participação no referido curso de formação.

Nº 5.455/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para a transferência do 3º-Sgt. PM Luís Fernando da Silva, nº 151.885-1, atualmente lotado no Destacamento de Polícia Militar de Serranos, pertencente à 17ª Região de Polícia Militar, para a 4ª Região de Polícia Militar, para possibilitar ao militar maior convívio familiar e saúde física e mental, uma vez que desempenha atividades extremamente desgastantes.

Nº 5.456/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que seja publicada a decisão no processo SEI 1500.01.0251749/2023-92, concedendo a redução de jornada de trabalho para o policial penal Michael Amaral de Oliveira, Masp 12209722, salientando que, no mês de abril de 2023, segundo o policial, o departamento de pessoal da unidade onde está lotado enviou os documentos errados para o núcleo de afastamento da Sejusp, o que fez com que seu pedido fosse indeferido, e, ao interpor recurso administrativo contra esse indeferimento, foi instaurado o processo SEI nº 1500.01.0251749/2023-92, que, até a presente data, não foi solucionado.

Nº 5.457/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à transferência do 1º-Ten. PM Hebert Paulo Dias, nº 130.500-2, atualmente lotado na 221ª Companhia de Ensino e Treinamento da 15ª Região de Polícia Militar, em Teófilo Otoni, para comandar o 1º Pelotão da 15ª Companhia de Meio Ambiente, localizado nesse mesmo município.

Nº 5.458/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que, ao alterar os locais das bases comunitárias do 23º Batalhão de Polícia Militar da 7ª

Região de Polícia Militar, tenha em consideração o fácil acesso a alimentação e banheiros, além dos requisitos preestabelecidos na Instrução Nº 3.02.21-2017 CG, que regula o emprego das bases do projeto Segurança Comunitária.

Nº 5.459/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que, com base na resposta Ofício Sejusp/Cpar nº 137/2023, enviada ao Requerimento nº 4.142/2023, seja divulgado o processo de contratação da instituição especializada para a execução do Curso de Formação Técnico-Profissional, referente à última etapa do concurso público de agente socioeducativo, regido pelo Edital Sejusp nº 1/2022, salientando a extrema necessidade da convocação dos aprovados no concurso, tendo em vista que a falta do efetivo vem comprometendo os serviços prestados.

Nº 5.460/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, à Secretaria de Estado de Fazenda, à Secretaria de Estado de Governo e à Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja encaminhado, com urgência, a esta Casa, projeto de lei que disponha sobre a recomposição das perdas inflacionárias suportadas pelos servidores da segurança pública do Estado, inclusive os administrativos, fixadas em 35,44%, acrescidas do índice de IPCA acumulado em 2023.

Nº 5.461/2023, do deputado Tadeu Martins Leite e outros, em que requerem concessão do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Carlos Henrique Alves da Silva, por sua contribuição a Minas Gerais. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.462/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os motivos pelos quais o Poder Executivo deixou de cumprir, no ano de 2023, as obrigações contidas na Lei nº 24.260, de 26 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação pelo Poder Executivo do percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração de seus servidores. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.464/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Mateus Henrique Rezende, delegado da Polícia Civil, pelos excelentes serviços prestados à frente da 4ª Delegacia da Polícia Civil de Esmeraldas e pela assunção à 2ª Delegacia da Polícia Civil de Sabará. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.465/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis de Esmeraldas pela operação exitosa que culminou na prisão de líder religioso que armazenava pornografia infantil e vitimava crianças e adolescentes mediante estupros e abusos sexuais. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.466/2023, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja apurada denúncia de possível desvio do leito do Ribeirão Fartura e ocupação irregular da área de preservação ambiental situada no Bairro Frei Paulo, na divisa com o Bairro Jardim do Lago, em Nova Serrana.

Nº 5.467/2023, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para a construção de novos Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres – Cetras.

Nº 5.468/2023, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em cópia integral de todos os processos de licenciamento ambiental, já encerrados e em tramitação, bem como nas autuações porventura existentes das empresas Gute Sicht, Fleurs Global e Empresa de Mineração Pau Branco – Empabra. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.469/2023, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja suspensa temporariamente a tramitação dos processos de licenciamento ambiental das empresas Gute Sicht, Fleurs Global e Empresa de Mineração Pau Branco – Empabra –, até que a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais avalie as denúncias a elas relacionadas recebidas na comissão.

Nº 5.470/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.538/2023, de sua autoria.

Nº 5.471/2023, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas pedido de informações sobre o andamento da criação, no Município de Lavras, de um novo Cetras, especializado no recebimento de aves silvestres, de acordo com o Termo de Cooperação Técnica entre o IEF e o Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, assinado em maio de 2023, bem como sobre o cronograma de planejamento e execução das ações previstas no respectivo termo; requer ainda informações sobre a viabilidade de celebração de novos termos em outras regiões do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.472/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas nos valores que não foram repassados pela fazenda estadual para o Instituto de Previdência dos Servidores Militares – IPSM – referentes à contribuição patronal nos anos 2020 a 2023, com base na Lei nº 10.366, de 1990, discriminando-se por ano e apresentando-se o valor total da dívida. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.473/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas nos valores devidos aos militares e pensionistas do instituto, em face da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal no tema de Repercussão Geral nº 1.177, com modulação de efeitos a partir de janeiro de 2023, e como determinado pela decisão do Tribunal de Contas do Estado no Processo nº 1119845, proferida em 29/11/2023, com apresentação de cronograma para pagamento dos valores devidos aos militares e pensionistas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.474/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a realização de obras emergenciais na Escola Estadual de Educação Especial Doutor João Moreira Salles, localizada na Rua Santa Clara de Assis, nº 159, no Bairro Primeiro de Maio, em Belo Horizonte, visto que o muro externo dessa escola, conforme registros fotográficos, apresenta iminente risco de queda, além de ofertar condições de acesso clandestino à escola por buracos e gretas em área coberta por tapume. (– À Comissão de Educação.)

Nº 5.475/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de providências para que se apurem em profundidade as denúncias feitas em 13/12/2023 de que detentos de posse de celulares realizaram denúncias de maus-tratos, como falta de água e alimentação inadequada (marmitas com caco de vidro e larvas), e ameaças de atentados a ônibus, ataque a policiais e rebeliões em presídios do Estado; sejam intensificadas buscas nas celas do Ceresp Betim para que se apreendam os aparelhos telefônicos em posse dos detentos; sejam instalados bloqueadores de sinal de celular no local; e seja coibida a entrada de telefones celulares na unidade prisional. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.477/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com a consultora do processo legislativo Flávia Silva Pinheiro, as consultoras Ana Luz Ledic, Andréa Fátima Santos e Campos, Elisabete Barbosa Gimenez, Harmonia Silva Nicolino e Michelle Gabriela Diniz e os consultores Flavio de Araújo Cançado e Matheus Miranda de Oliveira pelo trabalho de assessoramento e de consultoria temática prestado à Comissão de Segurança Pública, na 20ª Legislatura.

Nº 5.478/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM – pedido de providências para desempenhar ações efetivas para retornar a cobrança correta das alíquotas dos segurados e pensionistas desse instituto, em face da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal no tema de Repercussão Geral nº 1.177, com modulação de efeitos a partir de janeiro de 2023, e como determinado pela decisão do Tribunal de Contas do Estado no Processo nº 1119845, proferida em 29/11/2023; ressalte-se ainda que,

com base nas decisões judiciais acima expostas, a contribuição dos militares ativos e inativos possui alíquota de 8% e, quanto aos pensionistas, nenhum percentual deve ser cobrado.

Nº 5.479/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para, na condição de presidente e vice-presidente do Conselho de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores Militar, desempenharem ações efetivas para cobrar do Tesouro do Estado o contorno do déficit gerado no instituto em face da ausência de repasse, desde maio de 2020 até a presente data, das contribuições patronais devidas, haja vista que o montante gira em torno de R\$4.300.000.000,00.

Nº 5.480/2023, da deputada Ana Paula Siqueira e outros, em que requerem a concessão do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao papa Francisco, 266º papa da Igreja Católica e chefe de Estado da Cidade-Estado do Vaticano. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.481/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação de excelência na garantia da segurança e da vida na ocorrência de sequestro e cárcere privado, em 6/12/2023, registrada no Reds nº 2023-056736480-001. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.483/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações acerca das ações que estão sendo promovidas pela pasta na prevenção e controle das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* no Estado, tendo em vista o monitoramento realizado pelo Ministério da Saúde, que aponta, em 2024, Minas Gerais com potencial epidêmico de doenças transmitidas pelo mosquito, entre elas a dengue. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.484/2023, do deputado Caporezzo, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares 3º-Sgt. PM Renato Brandão Soares; Sd. PM Jennifer de Jesus e Silva; aluno Sd. BM Ney Willian Lopes; 2º-Ten. BM Pedro Mundim de Oliveira Ribeiro; Cb. BM Daniel da Costa Mendes; Sd. BM Fabrício Abade Pereira; Sd. BM Darlan Braga de Souza Lopes; Sd. BM Guilherme P. Guimarães Oliveira, pela excelente atuação em ocorrência de tentativa de autoextermínio, em 3/12/2023. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.485/2024, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Fernanda Luiza Silva Souza por sua relevante trajetória como pedagoga dedicada à promoção de um ensino de excelência e inclusivo no Município de João Monlevade. (– À Comissão de Educação.)

Nº 5.486/2024, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Janete de Freitas por sua dedicada carreira como cuidadora de idosos, provendo sempre um atendimento humanizado e atencioso no Município de João Monlevade. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 5.487/2024, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Carine Cristina Pereira por sua trajetória de sucesso como empreendedora no segmento de beleza de João Monlevade. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 5.488/2024, da deputada Lud Falcão, em que requer seja encaminhado ao Senado Federal pedido de providências para que seja atualizada a legislação penal com vistas a extinguir as saídas temporárias previstas na Lei de Execução Penal, considerando-se as graves consequências negativas dessa previsão legal, mais recentemente o assassinato do Sargento Roger Dias da Cunha. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.493/2024, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os resultados, até o momento, do Acordo de Reparação de Brumadinho, especialmente sobre os critérios utilizados pelo acordo para realização das obras; a instituição financeira em que estão depositados os recursos financeiros e a forma de remuneração ou investimento desses recursos; o que já foi cumprido do acordo, discriminado termos percentuais e ocasião em que foi cumprido; a existência de atraso em algum item do acordo e, em caso positivo, a previsão de seu cumprimento; os itens do



acordo que ainda estão em aberto e a previsão de seu cumprimento; e as pessoas responsáveis pelo gerenciamento do cumprimento do acordo. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.495/2024, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com os delegados de polícia Felipe Costa Marques de Freitas, João Marques de Andrade Prata, Wesley Geraldo Campos, Gustavo Barletta de Almeida e Cid Nelson Selvatt Pereira, com o inspetor de polícia Alysson Bras de Avila Leal, com o escrivão de polícia Denilson Ferreira a Silva e com os investigadores de polícia Antônio Elmar Saraiva, Endemburgo de Rezende, Leomar Anderson Dias, Rodrigo Gomes Barbosa e Gabriela Goldner da Rocha pela brilhante investigação e prisão de um dos autores do crime de furto praticado na noite de 24/12/2023, no Bairro Buritis, em Belo Horizonte. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.496/2024, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja formulado voto de congratulações com a 3ª Delegacia Regional de São João del-Rei, a Delegacia de Polícia de Andrelândia e com os policiais que menciona pela ação realizada em 28/11/2023, que culminou na apreensão de 1 fuzil calibre 556, 4 carregadores, 138 munições e 3 bombas caseiras. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.497/2024, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com os cafeicultores do Bairro Sertãozinho, do Município de Bueno Brandão, pelo 2º lugar na categoria Café Natural do Sul de Minas, no 20º Concurso de Qualidade dos Cafés de Minas Gerais, promovido pela Emater. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 5.498/2024, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, e o Prof. Hélder dos Anjos Augusto, diretor do Instituto de Ciências Agrárias, pelos 55 anos do ICA da UFMG e pela inauguração da expansão da Moradia Universitária Cyro Versiani dos Anjos. (– À Comissão de Educação.)

Nº 5.499/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que se mobilizaram para a construção de uma casa para uma família carente do Alto Jequitibá, em razão do pedido de uma menina de 9 anos durante o atendimento de uma ocorrência. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.500/2024, do deputado Enes Cândido, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para ofertar, com urgência, ensino médio em escola localizada nas proximidades da residência dos alunos que moram nos Distritos de Alto de Santa Helena, São José do Itapinoã e Nova Brasília, na zona rural de Governador Valadares, tendo em vista que, para frequentar o ensino médio, precisam se deslocar mais de 70km por dia em estrada de terra, cujas condições de trafegabilidade em períodos chuvosos se tornam extremamente precárias, expondo a risco a vida dos estudantes. (– À Comissão de Educação.)

Nº 5.501/2024, do deputado Enes Cândido, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Maj. PM Jair Alexandre Inácio Faria, comandante da 11ª Companhia do 41º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, e com os policiais militares que menciona pelos serviços prestados à referida companhia em 2023. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.502/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Saramenha de Artes e Ofícios pela excelência de sua atuação, que tem proporcionado ao povo da região dos Inconfidentes e de todo o Brasil a beleza das artes e o desenvolvimento humano. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 5.503/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Santa Bárbara pelo 319º ano de fundação desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 5.504/2024, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com Ítalo Fernandes de Almeida, delegado de polícia; Laise Rodrigues, delegada de polícia; Anderson Joubert Pena, subinspetor; Lina Paula de Fátima Braga, Núbia Monique da Silva Batista, Amanda Rodrigues de Andrade, Wellington de Carvalho Alves, William Silveira

Nunes, investigadores; Lidmara Conceição dos Santos Rocha, chefe de cartório; e Cristiane Maria Alves Lima, escritã, pela brilhante atuação na resolução de crime de feminicídio ocorrido em 10/1/2024. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.505/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais, ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em relatório acerca da contribuição patronal, prevista no § 1º do art. 4º da Lei nº 10.366, de 1990, em que constem os seguintes pontos: valor da contribuição patronal que o Poder Executivo deveria ter repassado ao IPSM no período de maio de 2020 até a presente data; data do último repasse feito pelo Poder Executivo, com o respectivo valor; ações e providências realizadas ou programadas pelo IPSM para cobrar do Poder Executivo o cumprimento da Lei nº 10.366, de 1990. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Sargento Rodrigues. Anexe-se ao Requerimento nº 5.472/2023, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 5.506/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sgt.-PM Guennes e o Sd.-PM Túlio, lotados na 125ª Companhia do 22º Batalhão da Polícia Militar, pelos relevantes serviços prestados aos moradores e comerciantes do Bairro Salgado Filho, para fins de concessão de elogio individual, nos termos do art. 50, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.310, de 2002. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.507/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares e servidores civis que menciona pelo empenho e profissionalismo nas atividades que lhes foram atribuídas e, em especial, na dedicação aos procedimentos relacionados com as emendas parlamentares. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.508/2024, do deputado Tadeu Martins Leite, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.340/2023, de sua autoria.

Nº 5.509/2024, da deputada Beatriz Cerqueira e outros, em que requerem a concessão do título de Cidadã Honorária do Estado de Minas Gerais à deputada Lohanna Souza França Moreira de Oliveira. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.510/2024, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja formulado voto de congratulações com os militares Maj. PM Jair Alexandre Inácio Faria, 2º-Ten. PM Victor Henrique Gomes de Amorim Vaz, 2º-Sgt. PM Carlos Vagner Gomes Dias, 3º-Sgt. PM Rodrigo dos Santos Machado, Cb. PM Adeílson Viegua Pereira, Cb. PM Juliana Cristina Hilbert, Sd. PM Rafael Henrique Soares Maia, Sd. PM Lucas Santos Torres, Sd. PM Lucas dos Santos Ferreira e Sd. PM Djama Bruno Campos da Silva, lotados no 41º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, no Barreiro, pelos relevantes serviços prestados à comunidade, em especial pela agilidade e eficiência na prisão, no último dia 18 de janeiro de 2024, dos suspeitos pelo assassinato de uma jovem na Vila Cemig, em Belo Horizonte, bem como pela apreensão de armas e de vasta quantidade de entorpecentes. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.511/2024, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja formulada manifestação de repúdio à Sra. Geniana Guimarães Faria pelas declarações dadas no dia 30/1/2024, quando afirmou que “não é que o menino não aprendeu, o professor é que não ensinou”; “Nós realizamos avaliações trimestrais – uma avaliação diagnóstica no início, outra no meio do ano e outra no final [do ano letivo]. A gente vai monitorando os processos e os procedimentos dessa escola. Se os estudantes de uma turma, do 6º de língua portuguesa, tiveram o percentual de acerto muito baixo, ali eu sei que o professor não está trabalhando”. (– À Comissão de Educação.)

Nº 5.512/2024, da deputada Marli Ribeiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais pedido de providências para a viabilização da oferta de serviços de hemodinâmica na região Noroeste de Minas Gerais. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 5.513/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para reavaliar, no corrente exercício financeiro, a convocação dos candidatos excedentes aprovados no concurso para o cargo de técnico assistente da PCMG (Edital nº 2/2022), tendo em vista a proximidade do encerramento de seu prazo de validade e o déficit de efetivo nessa carreira.

Nº 5.514/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de providências para que seja deferida a transferência do policial carcerário Carlos Nilmair Cordiero Assunção, Masp nº 12040556, protocolizada no SEI, Processo nº 1450.01.0151208/2023-76, atualmente lotado em Belo Horizonte, para Juatuba, onde reside, uma vez que o solicitante possui filho com deficiência e necessita auxiliar nos cuidados com a criança.

Nº 5.516/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de informações acerca do ato de remoção, publicado em 23 de dezembro de 2023, da servidora Camila Aguiar Cavalcante Diniz (Masp nº 1.496.879-6), antes lotada na Seção Técnica Regional de Criminalística de Conselheiro Lafaiete – STRC-CL –, elucidando-se os motivos que levaram à remoção da referida servidora e indicando se existe procedimento administrativo ou legal associado a esse processo e os critérios utilizados para a decisão; especificando-se as datas e etapas envolvidas na decisão de remoção, assim como apresentando qualquer documentação ou justificativa existentes; esclarecendo se existe a possibilidade de recomposição do quadro funcional com urgência, tendo em vista que a STRC-CL é responsável pelo atendimento de uma área de 6.153km², com uma população total de 364.000 habitantes, e conta com apenas 7 peritos (agora 6, em razão do ato de remoção), sendo que a demanda existente exige a atuação de pelo menos 10 peritos; e seja encaminhado à referida autoridade pedido de providências para que seja respondido o Memorando PCMG/STRC-CLFA nº 64/2023. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.517/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que, levando em consideração o Ofício PMMG/Arins/ADM nº 281/2023, encaminhado como resposta ao Requerimento nº 4.281/2023, o pedido de transferência do Sd. PM Wailer Seif Eddine (Matrícula nº PM 170.413-9) do Destacamento da Polícia Militar de São Pedro dos Ferros, pertencente à 21ª Companhia de Polícia Militar Independente da 12ª Região de Polícia Militar, para a 18ª Companhia de Polícia Militar Independente da 8ª Região de Polícia Militar, no Município de Governador Valadares, seja reanalisado.

Nº 5.518/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à 7ª Delegacia Especializada de Homicídios de Contagem pedido de providências para que priorize a investigação do autor do homicídio de Melissa Maria Ribeiro, de 6 anos, na data de 21/1/2024, atingida por tiros durante uma briga de trânsito na Rodovia Fernão Dias, entre Betim e Contagem.

Nº 5.519/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja certificado o conteúdo de documento que informa o envio do procedimento referente a suposta ameaça à integridade física da delegada de polícia Larissa Bello Fernandes Marçal da Cunha à corregedoria.

Nº 5.520/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para aumentar o número de vagas disponibilizadas no concurso para o Curso de Formação de Sargentos 2024, tendo em vista a iminente necessidade de recomposição do efetivo de militares nessa função.

Nº 5.521/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para reavaliação, no corrente exercício financeiro, da convocação dos candidatos excedentes aprovados no concurso para técnico assistente da Polícia Civil, área do conhecimento auxiliar de perícia (Edital 2/2022), tendo em vista, principalmente, a proximidade do encerramento de seu prazo de validade e o déficit de efetivo nessa carreira.

Nº 5.522/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais do Departamento Estadual de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa da 4ª Delegacia Especializada de Homicídios de Belo Horizonte – Leste, da Central Estadual de Plantão Digital – SIPJ – e do Instituto de Criminalística pela brilhante condução das

investigações e da prisão do suspeito do crime de estupro e assassinato de uma menina de 12 anos, ocorrido em 16/1/2024, no Bairro Bela Vitória, na região Nordeste de Belo Horizonte.

Nº 5.523/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para reavaliarem, no corrente exercício financeiro, a convocação e nomeação dos 193 candidatos remanescentes aprovados no concurso público para provimento do cargo de escrivão de polícia I, regido pelo Edital nº 4/2021.

Nº 5.524/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor da Casa do Albergado José de Alencar Rogêdo, em Juiz de Fora, pedido de informações sobre a estrutura dessa casa, com ênfase nas condições de trabalho e possíveis interrupções de energia elétrica na unidade prisional, detalhando o número de celas, condições sanitárias, áreas de convívio e quaisquer medidas adotadas para garantir um ambiente de trabalho seguro e adequado para os servidores e para a custódia dos detentos; as condições de trabalho dos servidores, abrangendo aspectos como segurança, capacitação profissional, equipamentos de proteção individual e eventuais programas de saúde ocupacional; as eventuais interrupções de energia elétrica que possam ter ocorrido no local, indicando frequência, duração, causas conhecidas e medidas adotadas para mitigar impactos durante as interrupções; as medidas preventivas adotadas para evitar as interrupções e a periodicidade e eficácia das manutenções realizadas nos sistemas elétricos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.525/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, à chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a viabilidade de se dar início ao processo de alteração, observados os trâmites da Resolução Conjunta nº 177, de 21 de janeiro de 2012, do Destacamento Policial Militar do Município de Itatiaiuçu à PMMG da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com a devida justificativa, em caso de impossibilidade. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.526/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor do presídio de Conselheiro Lafaiete pedido de informações sobre essa unidade prisional, detalhando-se a estrutura física do presídio, a quantidade de celas, as condições sanitárias, o estado de conservação das instalações e as medidas adotadas para garantir um ambiente seguro e higiênico para servidores e detentos; as práticas e políticas adotadas para assegurar a higiene dos detentos, incluindo a disponibilidade de banheiros, chuveiros, itens de higiene pessoal e a regularidade da troca de roupas e lençóis; as medidas adotadas para garantir a higiene e a saúde dos servidores, incluindo a disponibilidade de locais apropriados para higienização, o fornecimento de equipamentos de proteção individual e os treinamentos relacionados à prevenção de doenças; o processo de fornecimento de alimentação aos detentos, incluindo a qualidade das refeições, as condições de armazenamento dos alimentos, a supervisão de nutricionistas e a garantia de atendimento a necessidades alimentares específicas; as medidas preventivas que são adotadas para controlar a propagação de doenças no ambiente prisional, especialmente em situações de surtos ou pandemias, e como é realizada a assistência médica aos detentos. (– À Mesa da Assembleia.)

### DESPACHO DE REQUERIMENTOS

– O presidente deferiu, na 1ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura, em 7/2/2024, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 1.234/2023, do deputado Sargento Rodrigues e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para comemorar o 90º aniversário da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais; e 4.867/2023, do deputado Carlos Henrique e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear a Fundação Mineira de Educação e Cultura – Fumec – pelos 60 anos de atividade de ensino, pesquisa, extensão, legado e tradição.

**EMENDAS RECEBIDAS**

– Foram recebidas na 1ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura, em 7/2/2024, as seguintes emendas:

**EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 754/2015****EMENDA Nº 1**

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º:

“Art. 3º – A concessão de outorga para uso da água deverá considerar, exclusivamente, a capacidade de vazão e variação sazonal da região em que se localizar a fonte hídrica.”.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2024.

Doutor Jean Freire, líder da Minoria (PT).

**EMENDA Nº 2**

Suprima-se o art. 7º do Substitutivo nº 3.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2024.

Doutor Jean Freire, líder da Minoria (PT).

**EMENDA Nº 3**

Suprima-se o inciso V do art. 5º.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2024.

Doutor Jean Freire, líder da Minoria (PT).

**EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 403/2023**

Acrescente-se onde convier:

“Art. ... – Esta lei entra em vigência em 1º/1/2027.”.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2024.

Ulysses Gomes, líder do Bloco Democracia e Luta (PT).

**LEITURA DE COMUNICAÇÕES****LEITURA DE COMUNICAÇÕES**

– O presidente deu ciência ao Plenário, na 1ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura, em 7/2/2024, das seguintes comunicações:

das Bancadas do Partido Liberal e da Federação PSDB-Cidadania e das Representações Partidárias Patriota, Partido Democrático Trabalhista, Movimento Democrático Brasileiro, Partido Socialista Brasileiro, Solidariedade e Partido Republicano da Ordem Social, informando a constituição do Bloco Avança Minas e indicando o deputado Gustavo Santana como líder do referido bloco;

das Bancadas do Progressistas e do Partido Social Democrático e das Representações Partidárias Republicanos, Podemos, Partido Social Cristão, Partido Novo, Partido da Mobilização Nacional, União Brasil e Avante, informando a constituição do Bloco Minas em Frente e indicando o deputado Cássio Soares como líder do referido bloco;

das Federações Partidárias PT-PCdoB-PV e Psol e Rede (2), informando a constituição do Bloco Democracia e Luta e indicando o deputado Ulysses Gomes como líder do referido bloco e o deputado Doutor Jean Freire como líder da Minoria;

do deputado Ulysses Gomes, líder do Bloco Democracia e Luta, indicando a deputada Lohanna e os deputados Leleco Pimentel, Lucas Lasmar e Celinho Sintrocel como vice-líderes do referido bloco; e

do deputado Cristiano Silveira, renunciando à vaga de membro efetivo da Comissão de Segurança Pública. (Ciente. Publique-se.)



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 5/2/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 2/2/2024, que nomeou Ana Karolina de Jesus, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

exonerando Janael da Silva Alves, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leleco Pimentel;

nomeando Matheus Fernandes Salviano, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar;

nomeando Pedro Venâncio Nogueira dos Santos, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

nomeando Thiago Augusto Alvarenga Triginelli, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, assinou os seguintes atos:

dispensando Adriana Cecy Renan da função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Rádio e Televisão – Gerência de Edição;

designando Alevi Ferreira de Sá Júnior para a função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Rádio e Televisão – Gerência de Edição.

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### Pregão Eletrônico nº 2/2024

#### Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 3/2024

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar, em 27/2/2024, às 9 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a prestação de serviços de agenciamento de viagens.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 7 de fevereiro de 2024.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

### **TERMO DE CONTRATO Nº 90/2023**

**Número no Siad: 9405764**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Marcelo Nascimento Soares. Objeto: prestação de serviço de assistência atuarial no desenvolvimento e elaboração de solução de previdência complementar prevista na Lei Complementar nº 140, de 12/12/2016. Vigência: 8 meses, a contar da data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP –, inclusive. Licitação: dispensada, nos termos do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90.10.1.

### **TERMO DE ADITAMENTO Nº 9/2024**

**Número no Siad: 9241296-5**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Central Técnica Peças Serviços e Equipamentos Odontológicos Ltda. Objeto do contrato: prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos médicos. Objeto do aditamento: quarta prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 12 meses de 4/2/2024 a 3/2/2025, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001 3.3.90 (10.1).

### **TERMO DE ADITAMENTO Nº 10/2024**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Caixa Econômica Federal. Objeto do contrato: prestação, pela Caixa, dos serviços de processamento de créditos provenientes da folha de pagamento gerada pela ALMG e de concessão de crédito aos deputados, servidores ativos e inativos, e aos pensionistas da ALMG. Objeto do aditamento: alteração da modalidade de “sem exclusividade” para processamento “com exclusividade” na Caixa. Vigência: doze meses, a partir do dia 26/1/2024, ou o término do procedimento licitatório para o mesmo objeto contratual, até que se conclua a migração para nova instituição, o que ocorrer primeiro.



## **ERRATAS**

### **PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.962/2021**

#### **Comissão de Constituição e Justiça**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 10/11/2021, na pág. 57, na conclusão, onde se lê:

#### **“EMENDA Nº 1º**

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

‘Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Ubá o imóvel com área de 1.250m<sup>2</sup> (um mil e duzentos e cinquenta metros quadrados), situado na antiga Rodovia Ubá-Diamante, lugar Braguinha, naquele município, registrado sob o nº 33.872, à fl. 146 do Livro 3-BR, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ubá.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* destina-se ao funcionamento de escola municipal.’”, leia-se:

“Dê-se ao *caput* do art. 1º a seguinte redação:

‘Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Ubá o imóvel com área de 1.250m<sup>2</sup> (um mil e duzentos e cinquenta metros quadrados), situado na antiga Rodovia Ubá-Diamante, lugar Braguinha, naquele município, registrado sob o nº 33.872, à fl. 146 do Livro 3-BR, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ubá.’”.

#### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 6/2/2024, na pág. 8, onde se lê:

“Bekembaver Zanata Barbosa”, leia-se:

“Bekembauer Zanata Barbosa”.

#### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/2/2024, na pág. 32, onde se lê:

“Willian Rodrigo Alves”, leia-se:

“William Rodrigo Alves”.